ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Fundação Carlos Chagas

ARTIGOS ARTÍCULOS ARTICLES

https://doi.org/10.18222/eae.v37.12244

# ENTRE OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES: O PDDE EM ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA CATARINENSE

MARIANA PELEJE VIANA[I]

MARCOS EDGAR BASSI[II]

[I] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, Brasil; *marianapviana@gmail.com*

[II] Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, Brasil; *marcos.e.bassi@gmail.com*

RESUMO

O estudo investiga os principais obstáculos à efetivação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em escolas públicas de Santa Catarina, relacionando fragilidades administrativas, divulgação insuficiente de informações e baixa participação da comunidade escolar nos dados do PDDEInfo. A metodologia inclui revisão teórica e documental, análise de dados e estudo de caso múltiplo em dez escolas – com ênfase naquelas sem unidades executoras ou com pendências impeditivas. Os resultados evidenciam dificuldades estruturais e operacionais, como saldos acumulados, falta de suporte técnico, lacunas informacionais e baixa participação. Conclui-se pela necessidade de ações de assistência técnica, formação, monitoramento e fortalecimento da gestão democrática.

**PALAVRAS-CHAVE** POLÍTICA DA EDUCAÇÃO • DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO FINANCEIRA • GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA • AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS.

COMO CITAR:

Viana, M. P., & Bassi, M. E. (2026). Entre obstáculos e possibilidades: O PDDE em escolas da educação básica catarinense. *Estudos em Avaliação Educacional*, *37*, Artigo e12244. https://doi.org/10.18222/eae.v37.12244

# ENTRE OBSTÁCULOS Y POSIBILIDADES: EL PDDE EN ESCUELAS DE EDUCACIÓN BÁSICA DE SANTA CATARINA

## RESUMEN

El estudio investiga los principales obstáculos para la efectivización del Programa Dinheiro Direto na Escola [Programa Dinero Directo en la Escuela] (PDDE) en escuelas públicas de Santa Catarina, Brasil, relacionando debilidades administrativas, insuficiencia en la difusión de información y baja participación de la comunidad escolar en los datos del PDDEInfo. La metodología incluye revisión teórica y documental, análisis de datos y estudio de caso múltiple en diez escuelas –con énfasis en aquellas sin unidades ejecutoras o con situaciones pendientes impeditivas. Los resultados evidencian dificultades estructurales y operacionales, como saldos acumulados, falta de soporte técnico, lagunas de información y baja participación. Se concluye señalando la necesidad de acciones de asistencia técnica, formación, monitoreo y fortalecimiento de la gestión democrática.

**PALABRAS CLAVE** POLÍTICA EDUCATIVA • DESCENTRALIZACIÓN DE LA GESTIÓN FINANCIERA • GESTIÓN DEMOCRÁTICA DE LA ESCUELA • EVALUACIÓN DE PROGRAMAS.

# BETWEEN OBSTACLES AND OPPORTUNITIES: THE PDDE IN BASIC EDUCATION SCHOOLS IN SANTA CATARINA

## ABSTRACT

This study investigates the main obstacles to the implementation of the Programa Dinheiro Direto na Escola [Direct Money in Schools Programme] (PDDE) in public schools in Santa Catarina, Brazil, linking administrative weaknesses, insufficient dissemination of information and low participation of the school community in PDDEInfo data. The methodology includes a theoretical and documental review, data analysis and a multiple case study in ten schools – with a focus on those without implementing units or with pending issues. The results highlight structural and operational difficulties, such as accumulated balances, a lack of technical support, information gaps and low participation. The study concluded that there is a need for technical assistance, training, monitoring and the strengthening of democratic management.

**KEYWORDS** EDUCATION POLICY • DECENTRALISATION OF FINANCIAL MANAGEMENT • DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT • PROGRAMME EVALUATION.

**Recebido em:** 8 AGOSTO 2025
**Aprovado para publicação em:** 5 MAIO 2026

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

## INTRODUÇÃO

O estudo tem como foco compreender os principais obstáculos enfrentados por escolas da educação básica catarinense na efetivação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), elucidando possibilidades de superação de tais entraves. Criado em 1995, o PDDE consolidou-se como uma das principais políticas nacionais de descentralização financeira na educação pública, distinguindo-se por ser a única iniciativa federal que transfere diretamente recursos para unidades escolares das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal – além de, desde 2009, incluir escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

Apesar de contar com uma base normativa robusta, o PDDE – que completou três décadas de existência em 2025 – ainda passa por constantes atualizações que demandam maior divulgação e clareza quanto aos processos de execução junto aos profissionais das comunidades escolares, seu público-alvo imediato e âmbito em que se verificam dificuldades recorrentes em sua implementação local (Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], 2022, 2024). Um dos problemas mais críticos envolve a permanência de saldos[1] substanciais não executados em contas bancárias de um elevado número de escolas. De acordo com Jannuzzi et al. (2024, p. 306), no período de 2010 a 2015, esses saldos se mantiveram próximos a R$ 1 bilhão, em termos nominais, situando-se em torno de R$ 1,1 bilhão entre 2016 e 2019. A partir de 2020, esses saldos praticamente dobram, alcançando a marca de R$ 2 bilhões.

Esse cenário revela uma tensão entre a previsão normativa do programa e sua efetivação no contexto das escolas, indicando que os entraves observados não decorrem apenas de fatores conjunturais, mas também das formas pelas quais a política é estruturada e implementada no nível local. Nessa perspectiva, a análise desenvolvida insere-se no campo da avaliação e implementação de políticas públicas educacionais, buscando compreender a relação entre o desenho normativo do PDDE e sua operacionalização nas unidades escolares. Assim, apresentam-se a seguir os objetivos, as regras de funcionamento e os mecanismos de gestão do PDDE, que constituem o referencial teórico-normativo fundamental para a avaliação desenvolvida neste estudo.

O PDDE tem como intuito: 1) suprir as necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários, assegurando seu funcionamento regular; 2) promover melhorias na infraestrutura física e pedagógica; e 3) estimular a autogestão escolar e o exercício da cidadania, incentivando a participação da comunidade nos processos de controle social (Lei n. 11.947, 2009). No campo educacional, o controle social refere-se à participação organizada da sociedade no acompanhamento e fiscalização das ações públicas, articulando mecanismos institucionais de controle

1 As informações sobre saldos são de domínio público e podem ser verificadas no Sistema PDDEInfo-Consulta Escola, que reúne dados de prestação de contas das escolas e é alimentado pelas secretarias de educação, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC).

interno, externo e social voltados à promoção da gestão democrática e transparente (Mafassioli et al., 2022).

De acordo com a Resolução n. 15 (2021) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que revoga resoluções anteriores sobre o PDDE e estabelece normas para gestão, transferência e aplicação dos recursos, os valores repassados às escolas devem ser aplicados em duas categorias econômicas, conforme as necessidades pedagógicas: despesas de custeio e de capital (cujos percentuais podem ser definidos anualmente pela escola via PDDEWeb). As despesas de custeio envolvem materiais de consumo e serviços de uso imediato, como papelaria, brinquedos, livros – não fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) –, materiais para projetos pedagógicos, produtos de limpeza e de pequenos reparos. Já as despesas de capital referem-se à aquisição de bens permanentes, com vida útil superior a dois anos, como mobiliário, equipamentos de informática e audiovisuais, os quais devem ser incorporados ao patrimônio escolar.

É vedado o uso dos recursos para pagamento de pessoal, obras de grande porte ou despesas alheias ao funcionamento escolar. As decisões de gasto devem ser coletivas e registradas em ata de assembleia da comunidade escolar, anexada à documentação fiscal na prestação de contas via Sistema de Gestão de Prestação de Contas/Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIGPC/Simec), conforme orientações do FNDE. Toda a documentação comprobatória deve permanecer arquivada por, no mínimo, cinco anos para fins de controle e fiscalização.

Para recebimento dos recursos do PDDE, a escola necessita criar uma Unidade Executora (UEx), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em nome da qual o FNDE realiza os repasses. A UEx, comumente denominada Associação de Pais e Professores (APP) ou equivalente, é composta de membros da comunidade escolar – docentes, direção, servidores e familiares –, com participação na gestão administrativa, financeira e pedagógica (Mafassioli et al., 2022, p. 93). No caso das escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, o recebimento dos repasses exige a constituição de uma entidade mantenedora (EM), responsável pela adesão, execução e prestação de contas, em articulação com os sistemas de ensino e sob controle social.

O cálculo do repasse do PDDE combina valor fixo anual e valor *per capita* por aluno matriculado no ano anterior, ajustados segundo localização e perfil da escola, conforme a Resolução n. 3 (2024). Para escolas urbanas com UEx, o valor fixo é de R$ 1.850,00 e o *per capita* é de R$ 20,00 por aluno. Para escolas rurais, indígenas ou quilombolas, esses valores correspondem a R$ 5.550,00 e R$ 20,00, respectivamente. Assim, uma escola urbana com 500 alunos recebe R$ 11.850,00, enquanto uma escola rural com 100 alunos recebe R$ 7.550,00. Escolas com estudantes da educação

especial em Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno recebem *per capita* diferenciado, de R$ 60,00 por aluno.

A finalidade do PDDE é oferecer assistência financeira suplementar, de caráter automático, para garantir condições adequadas de funcionamento das escolas e apoiar ações voltadas à acessibilidade, qualidade do ensino, sustentabilidade hídrica e aprimoramento da gestão escolar (Resolução n. 15, 2021). Além do PDDE Básico (com dois repasses anuais), o programa contempla ações integradas complementares, dentre as quais se destacam PDDE Qualidade e PDDE Equidade, voltadas, respectivamente, ao fortalecimento de ações pedagógicas/gestão e à redução de desigualdades educacionais (Resolução n. 17, 2024; Mafassioli et al., 2022).

A análise desenvolvida neste artigo insere-se no campo da avaliação e implementação de políticas públicas educacionais, dialogando com contribuições que problematizam a relação entre o desenho normativo das políticas e sua efetivação nos contextos locais, conforme evidenciado em estudos sobre o PDDE e sua execução (UFRGS, 2022, 2024; Jannuzzi et al., 2024).

Parte-se da compreensão de que a implementação constitui um processo mediado por arranjos institucionais, condições operacionais e dinâmicas de gestão no âmbito das unidades escolares. Nesse sentido, mobilizam-se como categorias analíticas centrais para a efetivação da política, a gestão descentralizada dos recursos e os mecanismos de controle social (Lei n. 11.947, 2009; Mafassioli et al., 2022), buscando compreender em que medida tais dimensões se articulam – ou se tensionam – no cotidiano das escolas.

Embasado nesse referencial teórico-normativo, este artigo tem como objetivo analisar os principais obstáculos que vêm dificultando a efetivação do PDDE em Santa Catarina, a partir da análise de dados sobre a execução do programa no estado e do desenvolvimento de estudo de caso múltiplo em unidades educativas selecionadas. Busca-se compreender as dificuldades enfrentadas pelas escolas nos processos de adesão, execução e prestação de contas, de modo a produzir subsídios para o fortalecimento da gestão democrática dos recursos financeiros e para o aprimoramento da efetividade dessa política pública. Para tanto a análise articula dados de abrangência estadual (macro) com estudos de caso (micro), permitindo compreender, de forma integrada, os obstáculos à execução do PDDE.

A escolha de Santa Catarina justifica-se por se tratar do estado da Região Sul com menor nível de execução dos recursos do PDDE. Entre 2016 e 2020, apenas 58% das escolas públicas catarinenses potencialmente beneficiárias receberam repasses, enquanto 42% permaneceram sem execução do programa, em razão de fatores como UEx inativa, inadimplência na prestação de contas, problemas cadastrais e outras pendências (UFRGS, 2022, p. 144). Esse cenário pode estar associado, ainda, ao fato de que o estado apresenta elevada arrecadação de recursos próprios pelas escolas

(78,0%), com predominância de "contribuições espontâneas" das comunidades escolares, muitas vezes em substituição ao uso de recursos públicos, sob a justificativa de dificuldades nos processos de prestação de contas (Viana, 2022a, 2022b). Embora esse fenômeno seja relevante, torna-se necessário aprofundar a investigação sobre outros fatores que contribuem para a baixa execução do PDDE, visando ao aprimoramento e à efetivação dos objetivos do programa.

## METODOLOGIA

O trabalho adotou abordagem qualiquantitativa, combinando análise teórica, documental e estudo de caso múltiplo.

A organização da análise seguiu uma abordagem articulada entre diferentes níveis. Inicialmente examinou o cenário de execução do PDDE no estado de Santa Catarina (nível macro), a partir de dados do sistema PDDEInfo, com o objetivo de identificar padrões gerais e recorrências nos obstáculos à execução do programa. Na sequência, procedeu-se ao aprofundamento analítico, por meio de estudo de caso múltiplo (nível micro), buscando compreender como tais obstáculos se manifestam em contextos escolares específicos. Essa estratégia permitiu articular evidências quantitativas e qualitativas, relacionando tendências gerais a situações concretas, em uma perspectiva de complementaridade entre análise macro e micro.

A análise teórica fundamentou-se em literatura específica sobre o PDDE (Mafassioli, 2015, 2017; Batista, 2018; Viana, 2020, 2022a, 2022b), articulada com a compilação e análise de literatura técnico-científica de relatórios especializados (UFRGS, 2022, 2024; Jannuzzi et al., 2024), traçando análises e paralelos entre tais fontes, no sentido de destacar os principais obstáculos para a efetivação do PDDE na Região Sul e, mais especificamente, em Santa Catarina.

A dimensão teórica identificou categorias de análise ligadas a entraves administrativos, falta de apoio institucional e dificuldades de participação da comunidade. Essas categorias foram combinadas com os dados do sistema PDDEInfo-Consulta Escola[2] sobre o cenário de execução do PDDE em Santa Catarina, extraídos em maio de 2025. Inicialmente, analisaram-se os dados estaduais de execução e suspensão do programa, com o objetivo de identificar padrões gerais de obstáculos à efetivação do PDDE em Santa Catarina. Para além disso, compreendeu-se a necessidade da realização de estudo de caso múltiplo numa seleção de escolas catarinenses, a fim de trazer proposições aplicáveis a outros contextos, buscando contato com gestores "na ponta" da política. Partiu-se do pressuposto de que cada escola selecionada

2 No sistema, é possível consultar os valores repassados, a data do repasse, a situação da prestação de contas e os dados bancários, além de verificar os saldos disponíveis para uso. Para mais informações, consulte: https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar

poderia ilustrar como os problemas se conectam entre si, permitindo relacionar tendências observadas em nível estadual ao aprofundamento qualitativo de situações concretas verificadas no cotidiano escolar.

A opção metodológica pelo estudo de caso múltiplo se justifica por permitir uma análise aprofundada de como os obstáculos à efetivação do PDDE se manifestam em diferentes contextos escolares, respeitando suas particularidades e, ao mesmo tempo, possibilitando a identificação de padrões comuns.

Conforme Yin (2015), o estudo de caso fortalece a validade analítica da pesquisa ao promover a comparação entre unidades e o aprofundamento investigativo sobre fenômenos complexos ainda pouco explorados. Trata-se de abordagem voltada à generalização analítica, possibilitando a formulação de proposições teóricas aplicáveis a outros contextos. No campo das políticas educacionais, mostra-se especialmente adequada à compreensão da implementação de políticas em contextos específicos, articulando dimensões macro e micro da análise.

Para o estudo de caso, foram selecionadas dez escolas públicas urbanas da Grande Florianópolis, sendo cinco da rede municipal e cinco da estadual.[3] A escolha ocorreu por conveniência geográfica, visando a facilitar os deslocamentos necessários às atividades de campo. Priorizaram-se instituições sem UEx ou com pendências impeditivas ao acesso dos recursos do PDDE, conforme categorias de análise teórica. A seleção baseou-se nos bancos de dados do PDDEInfo, em especial nos Relatórios de Suspensão do FNDE,[4] consultados inicialmente em novembro de 2024, que indicaram as escolas com impedimentos ao recebimento de recursos, os tipos de suspensão registrados e as respectivas pendências associadas aos repasses do PDDE e de suas ações integradas. Esse banco de dados facilitou a identificação das escolas prioritárias – filtradas por problemas recorrentes, como falta de dirigente ativo, inadimplência e ausência de UEx –, permitindo atuação técnica direcionada para superar obstáculos e viabilizar os repasses.

Realizaram-se contatos telefônicos, reuniões virtuais e visitas presenciais às escolas selecionadas para coletar dados e elaborar instrumentos específicos, como roteiros de diagnóstico, assistência técnica *in loco*, termos de aceite e síntese de monitoramento. Fundamentados nas diretrizes do FNDE e nas informações do sistema PDDEInfo, esses instrumentos foram aplicados no acompanhamento técnico via *e-mail*, telefone, WhatsApp e encontros presenciais, possibilitando identificar os principais obstáculos à efetivação do PDDE.

3 Conforme busca no Laboratório de Dados Educacionais, que utiliza os microdados do Censo Escolar de 2023, a rede estadual de Santa Catarina conta com 1.278 escolas, enquanto a rede municipal de Florianópolis conta com 125. Para acessar os dados educacionais, consulte: https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/plataforma/

4 Para informações sobre os Relatórios de Suspensão do PDDEInfo, consulte: https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/relatoriosuspensao/relatoriosuspensao/relatoriosuspensao

Como limitações da pesquisa, reconhecem-se o número restrito de escolas investigadas, a seleção por conveniência e as restrições inerentes à análise documental. Recomendam-se, assim, pesquisas futuras com contextos mais variados, amostras ampliadas e métodos complementares para aprofundar a avaliação do PDDE.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os relatórios de andamento de pesquisa do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Sul (Cecampe-Sul) (UFRGS, 2022, 2024), destacam-se três grandes grupos de "problemas" quanto à execução do PDDE, que se inter-relacionam e constituem três categorias de análise norteadoras do estudo:

1) Dificuldades de ordem administrativa relativas às normas do PDDE:
   a) falta de conhecimento sobre procedimentos e prazos por parte dos gestores locais;
   b) inobservância de procedimentos contábeis para aquisição de itens e/ou prestação de contas (ex.: gastos sem comprovação; transferências de recursos para contas-correntes de prefeituras);
   c) insuficiência no acompanhamento da qualidade de bens e serviços entregues;
   d) fragilidade em procedimentos de patrimonialização de bens;
   e) ausência de acompanhamento e apoio de entes federados às unidades executoras.
2) Insuficiência de dispositivos de divulgação de informações relativas à gestão dos recursos:
   a) intempestividade na difusão de dados sobre datas e horários de reuniões;
   b) ausência de publicização de atas sobre deliberações para uso de recursos;
   c) falta de rotinas de estímulo à participação dos membros da comunidade.
3) Participação restrita de membros das comunidades escolares em dinâmicas de controle social:
   a) falta de interesse dos integrantes das unidades escolares na participação das dinâmicas;
   b) ausência de dispositivos de incentivo regulares à participação dos membros.

Partindo desses três grandes grupos de problemas – que expressam a centralidade dos entraves para a execução efetiva do PDDE –, os relatórios de suspensão disponibilizados pelo sistema PDDEInfo oferecem uma visão macro mais detalhada do cenário catarinense. Na Tabela 1, observa-se o volume de casos em que os repasses permanecem "parados" ou "bloqueados" em contas bancárias das escolas, em função

de diferentes motivos. Destaca-se que a maioria dessas suspensões está diretamente relacionada à primeira categoria de análise, relativa a dificuldades administrativas.

Os "tipos de suspensão" apresentam quinze situações que impedem o recebimento de recursos do PDDE e/ou de suas ações integradas em Santa Catarina, apresentadas em ordem de preponderância. Já a "contagem" indica quantas contas bancárias de unidades escolares ficaram vedadas de movimentar os recursos, em razão de cada tipo de suspensão, podendo uma mesma escola possuir mais de uma conta. Isso ocorre porque, além da conta do PDDE Básico, as Ações Integradas são movimentadas em contas específicas, como as do PDDE Equidade e do PDDE Qualidade. Assim, os valores contabilizados correspondem a ocorrências de suspensão, e não ao número de escolas distintas com suspensão, podendo uma mesma unidade escolar aparecer em mais de um registro. Nesses casos, embora a conta permaneça ativa, a unidade fica impedida de receber novos recursos enquanto não regularizar as pendências, em concordância com o art. 33, §1º da Resolução n. 15 (2021). Saldos remanescentes devem continuar disponíveis para uso conforme o objeto original, mas podem acabar restritos administrativamente para evitar responsabilizações.

**TABELA 1**
**Distribuição dos tipos de suspensão das contas bancárias do PDDE**

| TIPOS DE SUSPENSÃO | CONTAGEM | CATEGORIAS (PRINCIPAL E SECUNDÁRIA) | JUSTIFICATIVA ANALÍTICA |
|---|---|---|---|
| 1. UEx sem dirigente ativo | 2.325 | 1 e 3 | Irregularidade administrativa/formal, mas pode decorrer de baixa mobilização comunitária para renovação da diretoria |
| 2. Inadimplente (UEx) | 627 | 1 e 2 | Falha de gestão/prestação de contas; pode envolver desconhecimento/informação insuficiente |
| 3. Entidade não habilitada no exercício atual (proponente) | 404 | 1 e 2 | Pendência burocrático-cadastral; muitas vezes ligada à falta de informação/orientação |
| 4. Escola sem UEx (escola) | 402 | 3 e 1 | Problema de participação/mobilização coletiva para constituição da unidade; gera impedimento administrativo |
| 5. Omissão na prestação de contas (proponente) | 214 | 1 e 2 | Falha técnico-administrativa e/ou desconhecimento de procedimentos |
| 6. Prazo para resolução de pendências vencido (UEx) | 203 | 1 e 2 | Descumprimento de prazo administrativo, possivelmente associado à falha de acompanhamento/comunicação |
| 7. CNPJ inválido na Receita Federal (UEx) | 170 | 1 | Irregularidade puramente cadastral/ administrativa |
| 8. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) – escola sem entidade mantenedora (EM) | 128 | 1 | Situação de enquadramento/natureza institucional; classificação técnica/ administrativa |
| 9. Credor de ação integrada é uma entidade executora (EEx) | 96 | 1 | Incompatibilidade normativa/operacional |

*(continua)*

*(continuação)*

| TIPOS DE SUSPENSÃO | CONTAGEM | CATEGORIAS (PRINCIPAL E SECUNDÁRIA) | JUSTIFICATIVA ANALÍTICA |
|---|---|---|---|
| 10. O banco sugerido do cadastro da UEX não é o Banco do Brasil (UEx) | 58 | 1 e 2 | Erro procedimental/cadastral com possível falha de orientação |
| 11. Credor sem conta-corrente ativa | 21 | 1 | Irregularidade operacional/financeira |
| 12. Sem conta ativa dentro do prazo de pagamento | 17 | 1 e 2 | Falha administrativa com possível ausência de orientação/monitoramento |
| 13. Prazo para resolução de pendências vencido (escola) | 12 | 1 e 2 | Descumprimento de prazo e possível deficiência informacional |
| 14. UEX localizada em domicílio diferente do domicílio da escola | 8 | 1 | Inconsistência cadastral/formal |
| 15. Bloqueio Codde – UEX/ Credor (UEX) | 1 | 1 | Restrição técnica/administrativa sistêmica |
| **Total** | **4.686** | – | – |

Fonte: Elaboração dos autores com base no Relatório de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), dados extraídos em maio de 2025.

Nota: "Contagem" corresponde ao número de contas bancárias de unidades escolares com movimentação vedada em razão de cada tipo de suspensão, podendo uma mesma escola possuir mais de uma conta. "Categorias" corresponde aos três grupos de problemas adotados como categorias de análise neste estudo: (1) dificuldades de ordem administrativa relativas às normas do PDDE; (2) insuficiência de dispositivos de divulgação de informações relativas à gestão dos recursos; e (3) participação restrita de membros das comunidades escolares em dinâmicas de controle social. A indicação de categoria principal e secundária expressa a predominância e a possível associação entre essas dimensões em cada tipo de suspensão. "Justificativa analítica" explicita os critérios utilizados para relacionar cada tipo de suspensão às respectivas categorias de análise. Codde: Coordenação de Planejamento, Adesão e Execução do PDDE.

A classificação "tipos de suspensão" permitiu identificar o predomínio de obstáculos vinculados à dimensão administrativa da execução do PDDE (categoria 1), embora parte das pendências também revele interfaces com déficits de informação (categoria 2) e limitações de participação comunitária (categoria 3), reforçando o caráter interdependente das categorias analíticas adotadas.

Observa-se que os dados sobre suspensão de repasses do PDDE em Santa Catarina corroboram diretamente as categorias de análise já identificadas na literatura (UFRGS, 2022, 2024; Jannuzzi et al., 2024). O maior obstáculo, com 2.325 casos, refere-se à ausência de dirigente ativo nas UEx, evidenciando dificuldades administrativas relacionadas às normas do programa (categoria 1). Esse resultado remete ao que Viana (2022b) caracteriza como um processo de desconcentração de responsabilidades do Estado, sem a correspondente promoção efetiva da autonomia escolar, isto é, uma transferência de responsabilidades sem garantia de suporte técnico suficiente. Essa situação pode ser associada à falta de atualização cadastral, à inobservância de prazos e à inexistência de apoio sistemático por parte dos entes federados para monitorar

mandatos e processos de transição de dirigentes, aspectos contemplados nos subitens (a) e (e) da categoria 1.

O segundo maior entrave, com 627 repasses suspensos por inadimplência, também reforça a categoria 1, pois indica fragilidades no cumprimento de procedimentos contábeis, na prestação de contas e na patrimonialização dos bens adquiridos (subitens [b] e [d]). A ausência de acompanhamento técnico para sanar essas pendências contábeis reflete a baixa capacidade de gestão autônoma quando não há suporte continuado.

As 404 suspensões por falta de habilitação no exercício atual (2025) reforçam, simultaneamente, aspectos das categorias 1 e 2, pois a não atualização de cadastros ou a falha na prestação de contas pode decorrer da insuficiência na divulgação de informações operacionais e normativas, bem como de rotinas frágeis de monitoramento interno. Tais lacunas dificultam o cumprimento de prazos e o conhecimento dos procedimentos obrigatórios por parte dos gestores locais.

Tais entraves demonstram que a autonomia é, muitas vezes, apenas relativa ou parcial, pois não há um sistema de apoio contínuo que permita superar barreiras burocráticas e operacionais. Essa interpretação concorda com as análises de Mafassioli (2017), Batista (2018) e Viana (2020), que discutem os limites práticos da gestão descentralizada.

Já a não criação de UEx, verificada em 402 casos, exemplifica um obstáculo estrutural. Embora também se relacione à categoria 1, esse problema dialoga, sobretudo, com as categorias 2 e 3, na medida em que revela a insuficiência de dispositivos de informação e a baixa participação da comunidade escolar – componentes essenciais para alcançar o nível de gestão democrática e autonomia real, defendido por Viana (2022b). Nesse sentido, como enfatizam Mafassioli (2017) e Batista (2018), o potencial do PDDE para induzir práticas de gestão democrática depende da consolidação de conselhos escolares ativos, da mobilização comunitária e de condições concretas para que as escolas exerçam, de fato, sua autonomia administrativa e financeira.

Outros motivos de suspensões, como omissão na prestação de contas (214), prazos vencidos (203) e inconsistências cadastrais, como CNPJ inválido (170), também se enquadram na categoria 1. Por sua vez, ocorrências como "credor sem conta-corrente ativa" ou "incompatibilidade bancária" apontam para falta de dispositivos de informação acessível, conectando-se à categoria 2 (insuficiência na divulgação de informações) descrita pela UFRGS (2022).

Os dados empíricos sobre as suspensões de repasses do PDDE em Santa Catarina confirmam a sobreposição e a articulação de diferentes problemas, corroborando as três categorias de obstáculos identificadas teoricamente (UFRGS, 2022, 2024), e dialogam com interpretações mais amplas sobre o desenho da teoria do PDDE como política pública (Labrea et al., 2022). Esses resultados reforçam a tese de que os

entraves à efetivação do PDDE não decorrem apenas de eventuais falhas normativas, mas sobretudo da ausência de suporte técnico estruturado, da limitação de dispositivos de informação acessíveis e da insuficiência de estratégias que promovam a gestão democrática escolar, elementos também evidenciados por Jannuzzi et al. (2024).

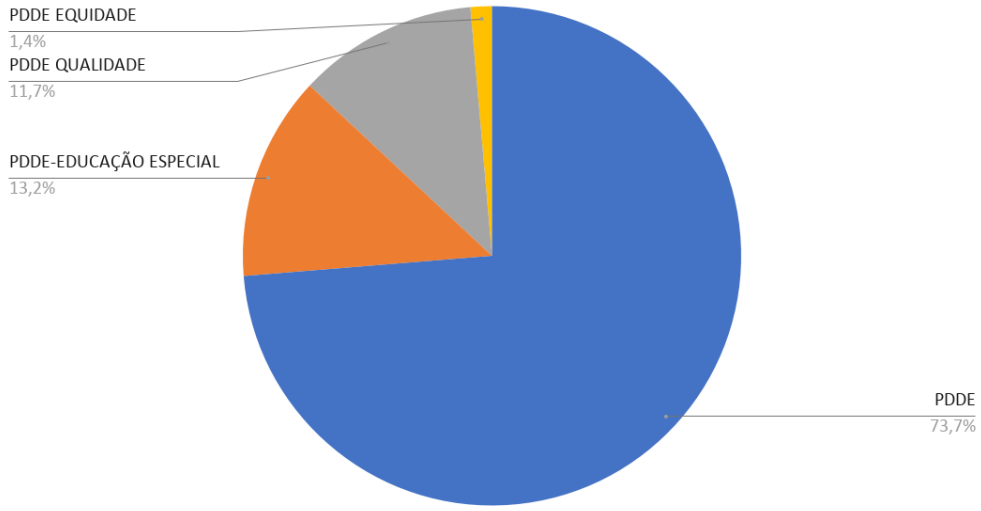
Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que, embora os obstáculos assumam formas distintas, eles se articulam em torno de categorias comuns, indicando que as dificuldades de execução do PDDE não se restringem a aspectos operacionais, mas envolvem também dimensões institucionais e participativas.

## Análise dos dados de suspensão do PDDE em Santa Catarina

A partir dos relatórios de suspensão do PDDEInfo, foi possível identificar dados que permitem analisar os programas (ações integradas ao PDDE) mais afetados, a quantidade por município, as redes de ensino com maior número de suspensões, as escolas mais recorrentes, os tipos de suspensões incidentes em cada ação integrada, entre outros aspectos relevantes. Cabe lembrar que os tipos de suspensões (Tabela 1) representam obstáculos que bloqueiam o recebimento de recursos do PDDE e/ou de suas ações integradas em Santa Catarina, cuja contagem indica quantas contas bancárias das escolas ficaram impedidas de movimentar os recursos, em razão de cada pendência.

A Figura 1 sintetiza visualmente as suspensões por conta bancária, vinculada a cada ação integrada do PDDE, que pode pertencer aos subgrupos PDDE Qualidade ou PDDE Equidade. Observa-se que, após o PDDE Básico, que concentra 73,7% das suspensões, a maior incidência ocorre na ação PDDE Educação Especial (13,2%), seguida pelo PDDE Qualidade (11,7%) e, por fim, pelo PDDE Equidade, que representa apenas 1,4% das suspensões. Esses dados refletem a maior adesão das escolas às ações do PDDE Qualidade em comparação ao Equidade, o que pode ser explicado por fatores relacionados à abrangência e especificidade dos respectivos públicos-alvo, conforme discutido pela literatura técnico-científica do Cecampe-Sul (UFRGS, 2022, 2024) e por Jannuzzi et al. (2024).

**FIGURA 1**
**Percentual de repasses suspensos do PDDE por conta/ação integrada**




Fonte: Elaboração dos autores com base no Relatório de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), dados extraídos em maio de 2025.

Os dados da Tabela 2 tornam mais evidentes as ações integradas mais afetadas pelas suspensões, especificadas dentro do PDDE Equidade ou Qualidade, com informações de contagem.

**TABELA 2**
**Programas e destinações de repasses de ações integradas mais afetadas pelas suspensões**

| PROGRAMAS/DESTINAÇÕES | CONTAGEM DE TIPO DE SUSPENSÃO |
|---|---|
| PDDE – subtotal | 3.454 |
| PDDE Básico – parcela 2 | 1.193 |
| PDDE Básico – parcela 1 | 1.157 |
| PDDE Básico – primeira infância – parcela 2 | 554 |
| PDDE Básico – primeira infância – parcela 1 | 550 |
| PDDE Equidade – subtotal | 65 |
| PDDE Campo 2021 | 6 |
| PDDE Campo 2022 | 15 |
| PDDE Campo 2023 | 3 |
| PDDE Campo 2024 | 9 |
| PDDE Água 2022 | 2 |
| PDDE Água 2024 | 12 |
| Sala de Recursos Multifuncionais 2023 | 7 |
| Sala de Recursos Multifuncionais 2024 | 11 |

*(continua)*

*(continuação)*

| PROGRAMAS/DESTINAÇÕES | CONTAGEM DE TIPO DE SUSPENSÃO |
|---|---|
| PDDE Qualidade – subtotal | 547 |
| Educação Conectada 2023 | 13 |
| Educação Conectada 2024 | 340 |
| Escola das Adolescências 2024 | 70 |
| PDDE Compromisso – Cantinho da Leitura 2023 | 10 |
| PDDE Compromisso – Cantinho da Leitura 2024 | 69 |
| Ensino Médio Noturno Mais 2024 | 32 |
| Itinerários Formativos – 2 parcelas | 10 |
| Escola e Comunidade 2024 | 3 |
| PDDE Educação Especial – subtotal | 620 |
| PDDE Educação Especial – parcela 1 | 311 |
| PDDE Educação Especial – parcela 2 | 309 |
| **Total** | **4.686** |

Fonte: Elaboração dos autores com base no Relatório de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), dados extraídos em maio de 2025.

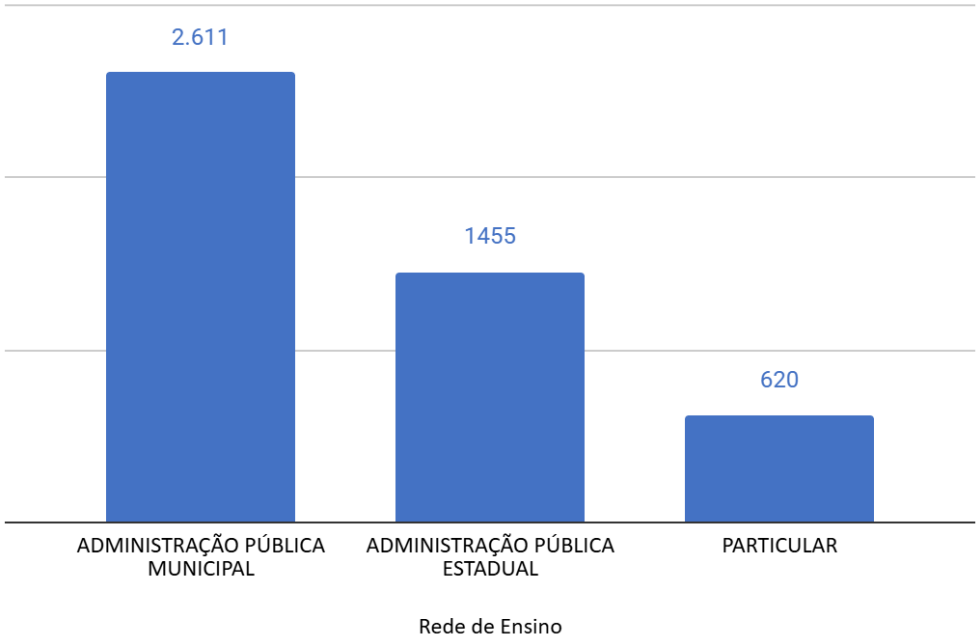
Nota: Foram padronizadas as denominações de destinações que apresentavam variações meramente ortográficas ou tipográficas, sem alteração da ação/programa correspondente.

A Tabela 2 complementa a Figura 1, reafirmando que a maior concentração de suspensões ocorre no PDDE Básico (3.454 casos), especialmente na 1ª e 2ª parcelas e na primeira infância, evidenciando que a destinação central e regular do PDDE permanece vulnerável a pendências administrativas, como indicam Cecampe-Sul (UFRGS, 2024, p. 124) e Jannuzzi et al. (2024, p. 191). Também chama a atenção o elevado número de suspensões em ações integradas, como PDDE Qualidade, Educação Conectada e PDDE Educação Especial, confirmando dificuldades de adesão e execução já identificadas para Santa Catarina (UFRGS, 2024, p. 212). Esse cenário reforça a leitura de que a complexidade operacional e a ausência de suporte técnico continuado (UFRGS, 2024, p. 151) afetam diretamente a execução das ações integradas. A forte concentração de suspensões em programas como PDDE Campo, PDDE Água e Salas de Recursos Multifuncionais também revela a dificuldade de operacionalizar políticas voltadas a públicos vulneráveis, dialogando com a baixa cobertura em comunidades indígenas e quilombolas (UFRGS, 2024, p. 202).

Já a Figura 2 aponta para a quantidade de repasses suspensos segundo a rede de ensino (administração pública municipal, estadual ou particular/escola privada de educação especial gratuita e beneficente). Observa-se uma presença expressiva de suspensões tanto nas redes municipais quanto na estadual, resultado que pode ser compreendido à luz da discussão de Jannuzzi et al. (2024, pp. 186-214) acerca da

responsabilidade compartilhada entre os diferentes níveis de governo na implementação das políticas educacionais, em um contexto marcado por desigualdades federativas e fragilidades na articulação intergovernamental. A maior parte das suspensões, em números absolutos, está nas redes municipais, onde, historicamente, se concentra o maior número de UEx sem repasse (UFRGS, 2024, p. 117). Esse resultado, contudo, deve ser interpretado considerando as diferenças de dimensão e organização entre as redes, não permitindo, por si só, estabelecer a incidência relativa de suspensões em cada uma delas.

**FIGURA 2**
**Quantidade de repasses suspensos por rede de ensino**




Fonte: Elaboração dos autores com base no Relatório de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), dados extraídos em maio de 2025.

A Tabela 3 apresenta os municípios com maior número absoluto de ocorrências de suspensão, destacando em amarelo aqueles que figuram entre os vinte mais populosos de Santa Catarina, dos quais catorze integram a listagem.

Nota-se que municípios de grande porte – isto é, com mais de 150 mil habitantes, como Joinville, Florianópolis, São José, Itajaí, Palhoça e Lages, todos entre as 20 cidades mais populosas de Santa Catarina – figuram entre aqueles com maiores números absolutos de ocorrências de suspensão de repasses do PDDE. Esse resultado pode estar relacionado, entre outros fatores, à maior dimensão e complexidade dessas redes educacionais, que enfrentam desafios estruturais recorrentes, conforme apontam as análises de Cecampe-Sul (UFRGS, 2024, p. 164) e Jannuzzi et al. (2024, p. 191) acerca das dificuldades de suporte técnico e da sobrecarga administrativa enfrentada por grandes redes municipais. O resultado deve, contudo, ser interpretado com cautela,

uma vez que os dados disponíveis não permitem estabelecer a incidência relativa das suspensões em relação ao número de escolas ou de repasses de cada município.

Por outro lado, também se destacam municípios de médio porte (entre 30 mil e 100 mil habitantes) e pequeno porte (abaixo de 30 mil habitantes), como Fraiburgo, Imbituba, São João Batista, Laguna e São José do Cerrito, que apresentam números expressivos de ocorrências de suspensão, apesar de não estarem entre os mais populosos do estado. Esses casos reforçam que o tamanho populacional, por si só, não é suficiente para explicar a distribuição das ocorrências observadas, apontando para a influência de outros fatores críticos, como fragilidade na gestão local, ausência de apoio técnico continuado, alta rotatividade de equipes, baixa capacitação em plataformas digitais e entraves cartoriais, além de problemas na organização e manutenção da documentação exigida para a execução do programa.

**TABELA 3**
**Os vinte municípios catarinenses com mais ocorrências de suspensão de repasses do PDDE**

| N. | MUNICÍPIOS | CONTAGEM DE TIPO DE SUSPENSÃO | N. | MUNICÍPIOS | CONTAGEM DE TIPO DE SUSPENSÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Itajaí | 148 | 11 | São José do Cerrito | 67 |
| 2 | Florianópolis | 136 | 12 | Criciúma | 66 |
| 3 | São João Batista | 134 | 13 | Fraiburgo | 60 |
| 4 | Lages | 114 | 14 | Tubarão | 59 |
| 5 | Palhoça | 111 | 15 | Camboriú | 57 |
| 6 | Laguna | 97 | 16 | Araranguá | 53 |
| 7 | Chapecó | 85 | 17 | Blumenau | 51 |
| 8 | Imbituba | 78 | 18 | Balneário Camboriú | 50 |
| 9 | Joinville | 76 | 19 | Caçador | 48 |
| 10 | São José | 68 | 20 | Rio do Sul | 48 |

Fonte: Elaboração dos autores com base no Relatório de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), dados extraídos em maio de 2025.

Nota: Municípios mais populosos em amarelo.

Vale destacar ainda que, entre os vinte municípios mais populosos de Santa Catarina, seis deles – Jaraguá do Sul, Brusque, Navegantes, São Bento do Sul, Concórdia e Indaial – não figuram entre aqueles com maior número de suspensões do PDDE. Esse resultado pode indicar a presença de estruturas administrativas mais estáveis, adoção de práticas consolidadas de gestão escolar ou, ainda, a existência de redes de apoio técnico mais eficazes. Tais fatores contribuem para mitigar falhas operacionais e garantir maior regularidade na execução dos recursos do programa, mesmo em contextos de redes municipais de médio e grande portes.

No âmbito das unidades escolares, observa-se concentração de suspensões recorrentes em determinadas escolas, reforçando que os obstáculos analisados também se manifestam de forma desigual entre unidades de uma mesma rede. Além disso, verifica-se que as suspensões também repercutem sobre ações integradas vinculadas ao PDDE, indicando que entraves administrativos locais comprometem a execução não apenas do programa básico, mas também das políticas complementares dele derivadas.

## Análise do estudo de caso múltiplo em dez escolas de Santa Catarina

Além da análise teórica e dos dados extraídos dos relatórios de suspensão do PDDEInfo, a pesquisa também se valeu do estudo de caso múltiplo, contemplando dez escolas selecionadas, conforme previsto pela metodologia de trabalho. Partiu-se do pressuposto de que cada escola selecionada poderia dar indícios sobre a forma como os problemas se interligam, buscando evidenciar, de modo concreto, a relação entre as principais categorias de obstáculos e os problemas identificados pelos relatórios de suspensão.

A partir dos dados dos relatórios de suspensão, é possível identificar casos prioritários e preferenciais para ações de assistência técnica e monitoramento, direcionadas à superação dos obstáculos que bloqueiam os repasses do PDDE, com delimitação precisa do público-alvo para atuação.

A Tabela 4, em conjunto com as observações de campo, detalha a situação das dez escolas acompanhadas pela pesquisa, mostrando como microdados concretos ilustram os macrodesafios estruturais do PDDE em Santa Catarina, especialmente quanto aos cinco principais obstáculos descritos na Tabela 1.

**TABELA 4**
**Unidades educacionais participantes da pesquisa**

| N. | NOME DA UNIDADE EDUCACIONAL | MUNICÍPIO | REDE DE ENSINO | CÓDIGO INEP | TIPO DE SUSPENSÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | UD de Governador Celso Ramos/SC (EJA) | Governador Celso Ramos | Estadual | 42151325 | Sem UEx |
| 2 | UD de Anitápolis/SC (EJA) | Anitápolis | Estadual | 42151490 | Sem UEx |
| 3 | CEI Mundo Mágico | Palhoça | Municipal | 42153549 | Sem UEx |
| 4 | CEI Ciranda Colorida | Palhoça | Municipal | 42156211 | Sem UEx |
| 5 | CEI Aquarela | Palhoça | Municipal | 42156220 | Sem UEx |
| 6 | CEI Paraíso | Palhoça | Municipal | 42137373 | Sem UEx |

*(continua)*

*(continuação)*

| N. | NOME DA UNIDADE EDUCACIONAL | MUNICÍPIO | REDE DE ENSINO | CÓDIGO INEP | TIPO DE SUSPENSÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 7 | CEI Vovó Margarida | Anitápolis | Municipal | 42005361 | Sem UEx |
| 8 | EEB Pedro Gonçalves Ribeiro | Monte Castelo | Estadual | 42041090 | UEx sem dirigente ativo; Inadimplente (UEx) |
| 9 | Escola de Educação Básica Santa Catarina | São Francisco do Sul | Estadual | 42021910 | Prazo para resolução de pendências vencido (UEx) |
| 10 | EEB Domingos Barbosa Cabral | Pescaria Brava | Estadual | 42093481 | Prazo para resolução de pendências vencido (UEx) |

Fonte: Elaboração dos autores com base nos Relatórios de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), consultados em novembro de 2024.

Cada unidade estudada exemplifica como os problemas se sobrepõem e como tais estudos de caso refletem claramente as três grandes categorias de obstáculos discutidas anteriormente: (1) dificuldades administrativas, (2) fragilidade na circulação de informações e (3) baixa participação comunitária. Tais resultados dialogam com a análise em nível estadual, permitindo compreender como os padrões se manifestam de forma ampliada no contexto catarinense.

Vale lembrar que, desde a Resolução n. 15 (2021), o FNDE incentiva que todas as escolas públicas, inclusive aquelas com menos de cinquenta matrículas, constituam sua própria UEx, como forma de promover a autonomia da gestão escolar e fortalecer os princípios da gestão democrática. Quando a constituição individual de uma UEx não for viável, a regulamentação do PDDE prevê duas alternativas: o repasse por meio de entidade executora (EEx) – a secretaria municipal, distrital ou estadual de educação – ou a formação de consórcio de escolas. A opção via EEx é menos vantajosa, pois os repasses se limitam aos valores *per capita* para custeio, excluindo o valor fixo anual e o acesso às ações integradas do programa. Além da limitação financeira, essa via também compromete os objetivos do PDDE relacionados à participação e à autonomia escolar. Já o consórcio de escolas, previsto desde 2010, representa uma alternativa mais alinhada aos princípios do programa, permitindo que até cinco escolas da mesma rede sejam representadas por uma única UEx, garantindo acesso tanto ao valor fixo quanto às ações integradas. Dessa forma, amplia-se a possibilidade de autogestão, mesmo em contextos com dificuldades para a constituição individual de UEx.

No caso das escolas participantes do estudo de caso múltiplo, observou-se que todas aquelas que não tinham UEx própria (escolas 1 a 7) recebiam os recursos por meio da EEx, sob a forma de *kits* padronizados de materiais escolares. Em seus relatos, as equipes escolares apontaram que, frequentemente, tais *kits* eram entregues sem nenhuma indicação específica de sua origem vinculada ao PDDE, gerando a percepção

equivocada de que haviam sido adquiridos diretamente pela Secretaria de Educação. Essa falta de transparência na comunicação institucional contribui para o esvaziamento do caráter formativo e democrático do programa ao invisibilizar sua função de promover a autonomia e a corresponsabilidade na gestão escolar.

## Escolas sem UEx ativa: Escolas 1 a 7

As escolas 1 e 2 referem-se a polos de educação de jovens e adultos (EJA), com gestão descentralizada vinculada a outra unidade escolar de maior porte, mas sem estrutura local para constituição de UEx. Localizadas nos municípios de Governador Celso Ramos e Anitápolis, essas unidades operam com código Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) específico, mas têm a gestão administrativa concentrada em polo administrativo localizado no município de São José, na Grande Florianópolis, conforme orientação da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. Essa diretriz inviabiliza, na prática, a mobilização da comunidade escolar local, limitando a constituição da UEx – elemento indispensável para a efetivação dos repasses. Trata-se, portanto, de um obstáculo eminentemente administrativo, que revela, como destacam Mafassioli (2017) e Viana (2022b), a tensão entre a autonomia formal e as restrições operacionais do modelo de descentralização. A pesquisa aponta, como estratégia alternativa, a formação de consórcios de escolas, viabilizando o recebimento dos recursos por meio de uma UEx única, conforme permitido pela regulamentação do PDDE (Resolução n. 15, 2021).

O caso da escola 3 evidenciou outro entrave estrutural relacionado à atuação dos cartórios, que extrapola o previsto na normativa federal. Embora o FNDE não exija comprovação de posse do terreno para registro da UEx, o cartório local de Palhoça impõe essa condição, tornando inviável o registro devido à inexistência de escritura, já que a escola foi criada em área de assentamento formalizada apenas por alvará municipal. O caso revela a fragilidade (ou insuficiência) das orientações normativas do FNDE diante de certas práticas cartoriais, o que gerou, nesse caso, o bloqueio ao recebimento dos recursos pela escola.

Diante dessa situação, a pesquisa sugeriu à Secretaria Municipal de Educação da escola 3 possíveis alternativas, como a emissão de declarações substitutivas para apresentação no cartório (possibilidade que não se mostrou viável pela Secretaria) ou a formação de um consórcio de escolas, solução que acabou sendo adotada para viabilizar o acesso da escola ao PDDE.

Já as escolas 4 e 5 ilustram os desafios relacionados à insuficiência de dispositivos de divulgação de informações e à participação restrita da comunidade escolar. Situadas em Palhoça, essas escolas de educação infantil foram construídas em terreno de uma unidade menor já instalada, passando por processo de ampliação e fusão em 2018. A unificação das unidades implicou a inativação do código Inep anterior e a

criação de código novo, o que exigiria a constituição de uma nova UEx ou a alteração dos dados da UEx antiga. Contudo a fusão não foi acompanhada por processos regulares de mobilização e participação da comunidade – como reuniões, atas publicizadas e eleição de novos representantes. Assim, mesmo com histórico de participação na UEx anterior, o vínculo comunitário se perdeu. Observa-se, nesse caso, o que Batista (2018) denomina de "fragilidade da cultura democrática local", uma vez que a autogestão escolar não se consolida sem rotinas de estímulo e apoio técnico por parte das EEx.

Além disso, as escolas 4 e 5 também justificaram a não criação de UEx nova devido aos altos custos cartorários, fator que confirma apontamentos teóricos já discutidos por Jannuzzi et al. (2024) e Cecampe-Sul (UFRGS, 2022, 2024), que identificam os entraves cartorários como elementos que aprofundam as desigualdades entre as escolas. Diante desse cenário, reforça-se a importância de as secretarias de educação assumirem esses custos, evitando que escolas e famílias precisem recorrer a doações, rifas ou "contribuições voluntárias" – práticas que ferem o princípio da gratuidade e comprometem a transparência na gestão.

De forma semelhante, as escolas 6 e 7 mostram como a ausência de informações claras compromete a criação da UEx. No caso do CEI Paraíso (escola 6), a equipe da instituição desconhecia que escolas com menos de cinquenta matrículas poderiam constituir sua própria UEx – possibilidade existente desde a Resolução n. 15, de 16 de setembro de 2021. Já no caso do CEI Vovó Margarida (escola 7), verificou-se o desconhecimento de que o PDDE também contempla escolas de educação infantil. Inaugurada em 1994, essa unidade poderia ter sido beneficiária dos recursos desde 2006, quando o PDDE foi expandido para a educação infantil. Essas unidades têm todas as condições para constituir suas próprias associações, mas permanecem sem recursos do PDDE por falta de orientação prática. A abordagem do trabalho priorizou ações de contato direto com as equipes escolares, envio de informações detalhadas e produção de registros que evidenciam o papel essencial do monitoramento remoto aliado ao suporte presencial quando necessário.

### Casos de pendências solucionáveis com assistência técnica: Escolas 8 e 9

A EEB Pedro Gonçalves Ribeiro e a Escola de Educação Básica Santa Catarina tiveram suspensões decorrentes do vencimento de prazos para regularização de pendências, situação que evidencia fragilidades na rotina administrativa (categoria 1) e carência de apoio técnico.

O caso da escola 8 (EEB Pedro Gonçalves Ribeiro) é um exemplo de como a sobreposição de falhas de gestão (falta de prestação de contas em 2020, ausência de dirigente ativo da UEx e inadimplência de parcelas) revela a fragilidade dos fluxos de informação e o desconhecimento dos prazos regulatórios. Embora a direção tenha sinalizado avanços – como a convocação de nova eleição da APP dentro do prazo-limite –,

ela se manteve resistente em receber/aceitar a orientação da assistência técnica institucional. O monitoramento remoto e os instrumentos desenvolvidos têm contribuído para reverter esse quadro, validando o potencial da assistência técnica sistemática para além da mera orientação.

O caso da escola 9 (Escola de Educação Básica Santa Catarina) ilustra um cenário em que se combinam obstáculos administrativos e problemas de participação comunitária. Ainda que tenha conseguido reativar sua APP após dificuldades com a adesão de membros (relacionadas ao receio da comunidade em fornecer CPF para presidência da associação), a unidade mantém volume significativo de recursos do PDDE Qualidade sem utilização e pendências que demandam a repactuação de saldos, procedimento que era desconhecido pela gestão escolar. Sobre isso, há normas disponibilizadas via trabalho de assistência técnica com telefonemas e mensagens de acompanhamento remoto, com envio de guias e normas atualizadas sobre uso dos saldos (Resolução n. 15, 2021), o que reafirma a necessidade de intervenções sistemáticas, com reforço dos instrumentos de acompanhamento e incentivo à mobilização da comunidade para superar resistências à participação nos conselhos escolares.

### Casos com pendências graves: Escola 10

O caso da escola 10 (EEB Domingos Barbosa Cabral) representa uma situação extrema de inadimplência e irregularidade grave, decorrente da ausência de prestação de contas desde 2019, em razão de suspeita de desvio de recursos, culminando em ação no Ministério Público Federal (MPF). Esse caso ressalta como a falha administrativa local, somada à morosidade nos trâmites judiciais e na análise do FNDE, produz um bloqueio persistente dos recursos – que, nesse cenário, já passa de cinco anos, prejudicando diretamente a comunidade da escola, especialmente os estudantes. As orientações para situações dessa natureza encontram-se na Resolução n. 11, de 3 de julho de 2024, do Conselho Deliberativo do FNDE, a qual permite que instituições de ensino, anteriormente impedidas de receber recursos devido a pendências na prestação de contas com o FNDE, possam acessar os recursos novamente, por meio de representação do gestor municipal/estadual no MPF, em desfavor do gestor que deu causa à inadimplência. Tal resolução foi criada para facilitar o repasse do PDDE e o desbloqueio de saldos. O estudo de caso da escola 10 evidencia a importância de tal atualização normativa por parte do FNDE, com estratégias de suporte técnico e jurídico e mediação federativa para destravar repasses em situações excepcionais como essa.

Assim, os estudos de caso reafirmam, em conjunto, que a simples existência de normativas claras não garante a efetividade do PDDE quando há lacunas graves no fluxo de informações, ausência de suporte técnico contínuo e fragilidades nos dispositivos de participação. Além de reforçar as três categorias de análise da pesquisa, os resultados apontam para a urgência de protocolos de diagnóstico detalhados,

monitoramento remoto estruturado e estratégias de articulação interinstitucional como instrumentos imprescindíveis para sanar pendências e evitar que escolas permaneçam, por anos, sem acesso aos recursos a que têm direito.

A fim de sistematizar comparativamente as evidências produzidas pelos estudos de caso, bem como explicitar sua articulação com as categorias analíticas adotadas e os padrões observados na análise estadual, apresenta-se a Tabela 5.

**TABELA 5**
**Síntese analítica comparativa dos estudos de caso à luz das categorias de análise e dos padrões de execução do PDDE em Santa Catarina**

| GRUPO/CASO | TIPO DE OBSTÁCULO IDENTIFICADO | CATEGORIAS (PRINCIPAL E SECUNDÁRIA) | RELAÇÃO COM PADRÕES ESTADUAIS OBSERVADOS |
|---|---|---|---|
| Escolas 1 a 7 | Ausência de UEx/ dificuldade de constituição | 3 e 1 | Dialoga com os 402 casos estaduais de suspensão por "escola sem UEx" |
| Escola 8 | UEx sem dirigente ativo/ inadimplência | 1 e 3 | Corresponde aos 2.325 casos de "UEX sem dirigente ativo" |
| Escola 9 | Pendências administrativas/ desconhecimento normativo | 1 e 2 | Dialoga com 627 registros de inadimplência e 203 casos de prazos vencidos para regularização de pendências |
| Escola 10 | Inadimplência grave/ judicialização | 1, 2 e 3 | Corresponde a padrões de maior complexidade administrativa, especialmente ligados à inadimplência e omissão na prestação de contas |

Fonte: Elaboração dos autores com base no Relatório de Suspensão do PDDEInfo (FNDE, n.d.), dados extraídos em maio de 2025, e estudos de caso realizados pelos autores.

Observa-se que os estudos de caso analisados reproduzem, em escala micro, padrões recorrentes já identificados na análise estadual do PDDE em Santa Catarina, evidenciando predominância de entraves vinculados à dimensão administrativa da política, ainda que frequentemente articulados a limitações informacionais e fragilidades participativas. Tal convergência reforça a consistência das categorias analíticas adotadas e demonstra que os obstáculos observados não constituem situações isoladas, mas expressam tendências estruturais da implementação do programa no contexto catarinense.

## Modelo explicativo e caminhos de superação

Os achados desta pesquisa dialogam com o modelo explicativo elaborado pela UFRGS (2022, p. 47), que aponta fatores determinantes para a efetivação do PDDE, baseado nas mesmas categorias de análise utilizadas no presente estudo (dificuldades administrativas, fragilidade na comunicação e baixa participação comunitária).

O modelo foi desenvolvido a partir de dados do Censo Escolar de 2021 e de uma enquete respondida por 3.699 escolas públicas estaduais e municipais da região Sul em 2022, com o objetivo de compreender os fatores associados ao índice de execução do PDDE em 2020. Esse modelo combina um painel de informações demográficas com as respostas a 69 questões sobre gestão do programa, cruzando tais variáveis com o percentual de execução de recursos pelas UEx, o que permite traçar o perfil de escolas com maior ou menor efetivação do PDDE e subsidiar ações de assistência técnica e monitoramento (UFRGS, 2022, p. 143).

Os resultados do modelo mostram que determinados fatores aumentam significativamente a chance de uma execução eficiente dos recursos do PDDE. Entre eles, destacam-se a existência de um projeto político-pedagógico (PPP) atualizado, que eleva em 42,4% a probabilidade de a escola atingir mais de 80% de execução, e a presença de um grêmio estudantil atuante, que amplia essa chance em 67,6%, demonstrando o papel dos espaços participativos na consolidação da gestão democrática. O modelo também revela que as escolas que realizam reuniões com os segmentos da comunidade para planejamento dos recursos e informam seus gastos com transparência (via murais, comunicados ou reuniões) alcançam índices superiores a 65% de execução, evidenciando que a ampliação da transparência e do diálogo comunitário constitui uma estratégia consistente para enfrentar a fragilidade na comunicação das informações nas escolas públicas. Além disso, aponta que condições objetivas de trabalho impactam diretamente a gestão financeira escolar, mostrando que equipes com formação compatível, apoio técnico-administrativo e respaldo da mantenedora apresentam maiores níveis de execução. Quando há satisfação com o apoio institucional, a chance de execução acima de 80% aumenta em 51,8% (UFRGS, 2022, p. 150).

Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas que invistam em formação continuada específica para gestores escolares, ampliem o número de profissionais de apoio técnico-administrativo e assegurem condições adequadas para o planejamento e a prestação de contas dos recursos do PDDE. Tempo disponível, clareza normativa e apoio qualificado são elementos decisivos para evitar bloqueios e inadimplência.

Nesse sentido, os resultados do modelo explicativo convergem para os achados empíricos desta pesquisa, apontando que superar os desafios de execução do PDDE exige uma abordagem integrada que articule estrutura administrativa, dispositivos de transparência e participação efetiva da comunidade escolar. Essas dimensões são indispensáveis para que o programa atinja seus objetivos, que são: apoiar o funcionamento das escolas, promover a qualidade do ensino e avançar na perspectiva da equidade educacional.

## CONCLUSÕES

O presente artigo apresentou achados que reafirmam que, embora o PDDE se consolide como uma das principais políticas nacionais de descentralização financeira na educação básica, sua efetividade ainda enfrenta entraves históricos e estruturais que persistem em diferentes níveis, especialmente no contexto catarinense.

A articulação entre a análise dos dados estaduais de execução e suspensão do programa, o modelo explicativo teórico do Cecampe-Sul e o estudo de caso múltiplo permitiu demonstrar que os obstáculos identificados em escala micro reproduzem tendências também observadas no panorama estadual, ainda que com especificidades locais.

A literatura especializada indica que as interpretações sobre o papel do PDDE variam entre a mera desconcentração de responsabilidades do Estado, uma autonomia relativa ou, idealmente, a indução à gestão democrática e à autonomia escolar (Viana, 2022b). Tais perspectivas coexistem na prática e revelam contradições entre a norma e a realidade vivenciada pelas escolas.

As dez escolas acompanhadas ilustram como os problemas administrativos, a insuficiência de dispositivos de informação e assistência técnica e a baixa participação comunitária se entrelaçam e se retroalimentam. Casos como os dos polos de EJA sem gestão local (escolas 1 e 2), da exigência cartorial restritiva (escola 3), das novas escolas de educação infantil que passaram por ampliação e fusão com escola extinta, sem criação de nova UEx (escolas 4 e 5) e das escolas com pendências crônicas e irregularidades na prestação de contas (escola 10) demonstram a amplitude e a complexidade desses obstáculos. A falta de participação e mobilização da comunidade escolar, destacada por Mafassioli (2017) e Batista (2018), reaparece como fator central: a dificuldade em manter UEx ativas e regulares compromete o controle social e reforça a autonomia meramente formal, como evidenciado nos saldos bloqueados, prazos vencidos e omissões na prestação de contas.

A leitura cruzada das tabelas e gráficos apresentados amplia essa compreensão ao mostrar que as ações integradas seguem com baixa adesão e execução irregular. Esses resultados corroboram os relatórios do Cecampe-Sul (UFRGS, 2022, 2024) e os estudos de Jannuzzi et al. (2024), que apontam a falta de articulação federativa, a descontinuidade de políticas públicas e as dificuldades de infraestrutura básica como entraves adicionais.

Além disso, os relatos das equipes gestoras nos estudos de caso revelaram que, para constituírem suas UEx, as escolas precisam recorrer à arrecadação de recursos próprios – muitas vezes obtidos por meio de contribuições informais de famílias ou eventos escolares – para cobrir os custos cartoriais. Essa prática não apenas contraria o princípio da gratuidade do ensino público, previsto na Constituição Federativa de 1988 (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988), como também expõe

famílias e profissionais a constrangimentos e situações de fragilidade quanto à transparência e à legalidade dos procedimentos. Tais achados reafirmam as problematizações levantadas por Viana (2022a) sobre os entraves burocráticos e as desigualdades de acesso aos mecanismos de gestão descentralizada dos recursos educacionais.

Os dados macro, provenientes dos relatórios de suspensão, e micro, obtidos nos estudos de caso, reforçam a tese de que a descentralização financeira, se não vier acompanhada de formação continuada, protocolos claros de acompanhamento, monitoramento e articulação entre União, estados e municípios, pode intensificar desigualdades e penalizar justamente as escolas mais vulneráveis.

Para superar esse quadro, a literatura revisada converge para a defesa de estratégias complementares de aprimoramento, entre as quais se destacam: ampliar o suporte técnico *in loco*, especialmente por intermédio das secretarias de educação, responsáveis por apoiar técnica e financeiramente as UEx representativas de suas escolas, conforme estipulado pelo art. 6º, item III da Resolução n. 15 (2021); produzir e divulgar materiais objetivos; viabilizar consórcios interescolares para casos específicos de escolas sem UEx, em detrimento do repasse via EEx (que deve ser somente para casos eventuais e transitórios); assumir custos cartoriais por meio das secretarias de educação; e fortalecer os conselhos/associações escolares como espaços vivos de gestão democrática.

A literatura estudada e as evidências trazidas pela análise dos dados e estudos de caso também demonstram que o acompanhamento eficaz por parte das secretarias municipais ou estaduais de educação impacta positivamente os índices de execução, indicando que o apoio institucional não deve ser negligenciado. Investir em estratégias de assistência técnica contínua, como capacitações periódicas, produção de materiais orientativos claros e monitoramento ativo, pode mitigar fragilidades operacionais, principalmente em escolas com maior vulnerabilidade. Além disso, ações articuladas com os centros colaboradores do FNDE (Cecampes) podem potencializar o uso dos instrumentos de monitoramento já existentes, como o modelo explicativo (UFRGS, 2022) e o *Manual de monitoramento do PDDE* (Mafassioli et al., 2022), para mapear dificuldades e propor soluções contextualizadas, contribuindo para que o PDDE cumpra efetivamente seus objetivos.

O monitoramento é essencial para a efetivação do PDDE, configurando-se como processo contínuo que acompanha a implementação da política pública por meio da avaliação sistemática de atividades, processos, resultados e contextos, com base em dados e indicadores do uso dos recursos. Esse acompanhamento possibilita corrigir problemas, promover ajustes e gerar aprendizado coletivo, fortalecendo a gestão democrática e o controle social. Além disso, atua como instrumento de apoio à decisão, subsidiando escolas e gestores, com o intuito de que os objetivos do programa sejam plenamente alcançados.

No acompanhamento do estudo de caso múltiplo do presente estudo, a experiência concreta com roteiros de diagnóstico, instrumentos de assistência técnica e protocolos de monitoramento remoto validou soluções passíveis de aplicação em outros contextos regionais. Os resultados demonstram que intervenções sistemáticas têm potencial para desbloquear recursos, sanar pendências e garantir a utilização dos repasses federais com maior eficácia. Ainda assim, é preciso reconhecer que tais soluções demandam investimento institucional contínuo, por parte do FNDE e das secretarias de educação, com redes de cooperação entre entes federados e canais de comunicação mais acessíveis para gestores e comunidades escolares. Tais evidências empíricas contribuem para a avaliação formativa e somativa da política pública, gerando informações para aprimoramento da sua implementação em diferentes realidades.

Como desdobramento desta pesquisa, sugerem-se investigações futuras que incorporem entrevistas e questionários com gestores escolares e agentes administrativos, de modo a captar dimensões não apreendidas pelos dados analisados e aprofundar a compreensão dos obstáculos à efetivação do PDDE.

Assim, conclui-se que a efetividade do PDDE em Santa Catarina depende diretamente da articulação entre os objetivos dessa política pública, o suporte técnico, as (in)formações necessárias à sua execução e, principalmente, a participação e o envolvimento de seu público-alvo, que são todos os agentes da comunidade escolar. Sem isso, a autonomia escolar permanece restrita ao plano formal, reproduzindo desigualdades já existentes. O trabalho de assistência técnica e monitoramento do PDDE, com acompanhamento de casos, produção de relatórios orientadores e propostas de aprimoramento, torna-se fundamental para o processo de avaliação educacional desse programa, a fim de subsidiar gestores, conselhos e órgãos de controle, assegurando que o direito à educação pública, gratuita e com equidade seja efetivamente concretizado.

## AGRADECIMENTOS

O artigo resulta de pesquisa de pós-doutorado fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

## REFERÊNCIAS

Batista, P. A. C. (2018). *Descentralização financeira para as escolas da educação básica pública: Uma análise do PDDE na escola estadual Cidade Modelo no período de 2012 a 2015* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Plataforma Sucupira. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6436952

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (n.d.) *PDDE Info: Relatório de Suspensão*. FNDE. https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/relatoriosuspensao/relatoriosuspensao/relatoriosuspensao

Jannuzzi, P. de M., Ferreira, V., & Ferrarezi, E. (Orgs.). (2024). *Avaliação sistêmica e multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: Proposta conceitual e estudos de avaliabilidade* (2ª ed., Vol. 1). Cegraf UFG. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/EBOOK-avaliacao_sistemica_e_multicentrica.pdf

Labrea, V. V., Vasconcelos, C. R. D., & Viana, M. P. (2022). Análise do modelo lógico do Programa Dinheiro Direto na Escola: Subsídios para pensar seu sistema de monitoramento e indicadores. In L. R. D. Gonçalves, M. V. Silva, & Y. M. Gonzaga (Orgs.), *Políticas de descentralização financeira na educação brasileira*: *O Programa Dinheiro Direto na Escola em foco*. CRV. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/manuais/PolticasdeDescentralizaoFinanceiranaEducaoBrasileira.pdf

*Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009*. (2009). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

Mafassioli, A. da S. (2015). 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: Um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, *5*(12). https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/67555

Mafassioli, A. da S. (2017). *Programa Dinheiro Direto na Escola: (Re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995–2015)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da UFRGS. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158063

Mafassioli, A. da S., Pergher, C. J., Lima, I. G. de, Müller, K. da S., Viana, M. P., & Farenzena, N. (2022). *Manual de monitoramento do PDDE*. UFRGS. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/MANUAL_MONITORAMENTO_V08.pdf

*Resolução n. 3, de 7 de março de 2024*. (2024). Altera o Anexo I da Resolução CD/FNDE n. 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Brasília, DF. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2024/resolucao-no-3-de-7-de-marco-de-2024.pdf/view

Resolução n. 11, de 3 de julho de 2024. (2024). Altera a Resolução CD/FNDE n. 15, de 16 de setembro de 2021. *Diário Oficial da União*, (127), Seção 1, p. 68, Brasília, DF. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2024/publicacao-da-resolucao-no-11-de-03-de-julho-de-2024/view

*Resolução n. 15, de 16 de setembro de 2021*. (2021). Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-15-de-16-de-setembro-de-2021

Resolução n. 17, de 15 de agosto de 2024. (2024). Dispõe sobre as orientações, diretrizes, objetivos e beneficiários do Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade – PDDE Equidade, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, às escolas públicas de Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, (159), Seção 1, p. 58, Brasília, DF. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2024/resolucao-no-17-de-15-de-agosto-de-2024/view

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (2022). *Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais Cecampe Região Sul: 4º relatório de andamento* (M. G. F. Machado, Coord.; N. C. Batista, N. Farenzena, P. Marchand, & M. B. Luce, Orgs.). UFRGS. https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/wp-content/uploads/2023/01/4-Relatorio-Cecampe-Sul.pdf

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (2024). *Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais Cecampe Região Sul*: *5º relatório de andamento* (M. G. F. Machado, Coord.; N. C. Batista, N. Farenzena, P. Marchand, & M. B. Luce, Orgs.). UFRGS. https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/wp-content/uploads/2024/08/1_CECAMPE-5-Terceiro-relatorio-Relatorio-Cecampe_MT_junho_2024-2.pdf

Viana, M. P. (2020). *O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital da UFPR. https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69339

Viana, M. P. (2022a). Comparando os recursos financeiros do PDDE com as chamadas 'contribuições espontâneas' arrecadadas pelas escolas públicas. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, *12*(16). https://doi.org/10.22491/2236-5907109630

Viana, M. P. (2022b). PDDE: Desconcentração ou descentralização? In C. M. I. Katrib, M. de O. G. Araújo, & V. A. de Souza (Orgs.), *Construções dialógicas: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em perspectiva* (pp. 136-171). Culturatrix. https://doi.org/10.4322/978-65-86889-29-1

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5ª ed.). Bookman.

**NOTA:** As contribuições de cada autor para o desenvolvimento do artigo foram as seguintes: Mariana Peleje Viana – conceitualização; análise de dados; pesquisa; metodologia; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final. Marcos Edgar Bassi – supervisão; redação: revisão e aprovação da versão final.